

FACES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: Cultura x arte e seus reflexos nos grupos sociais

Andrei Felipe Ferreira Moura
andrefelipeferreiramoura@gmail.com

Graduando em Psicologia pela Universidade Guarulhos. Já atuou como funcionário público na secretaria de educação, cultura, esporte e lazer em Guarulhos – SP. Atualmente, atua como fotógrafo para expressar uma partícula de visão de mundo por meio da arte. Interessa-se por políticas públicas, psicologia social e educacional.

FACES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: CULTURA X ARTE E SEUS REFLEXOS NOS GRUPOS SOCIAIS

FACES OF PUBLIC POLICIES: CULTURE X ART AND ITS REFLECTIONS IN SOCIAL GROUPS

RESUMO

Tendo em vista que a psicologia tem sido protagonista em importantes frentes sociais por meio da ciência e profissão, este artigo teve como objetivo compreender as faces e os reflexos das políticas públicas de cultura e arte no estado de São Paulo. Foi necessário compreender o impacto social e psicológico em indivíduos de baixa renda, assim como levantar dados sociodemográficos desse público, compreendendo o consumo de arte e cultura na capital do estado. Realizou-se então a coleta de dados que registrou fatos de natureza explicativa, qualificando informações quantitativas. A partir disso foram geradas hipóteses por dedução lógica, ampliando generalizações. Verificou-se que pesquisadores apontam desde 1960 hábitos culturais e seu aspecto de estratificação social, identificando divergências sobre qual tipo de atividade cultural deve ser objeto de ampliação do acesso e da formação por meio das políticas públicas. Concluiu-se que a cultura impacta diretamente no comportamento, educação, saúde e na realidade dos grupos sociais. Foi analisado de quais regiões são os indivíduos que frequentam os espaços destinados a cultura e arte na capital, o que impõe a constatação que os mesmos problemas apontados em 1960 permanecem como obstáculo a ser vencido, sobretudo, a partir da luta por democracia cultural, bem como a descentralização das atividades culturais como forma de oxigenar as políticas públicas de cultura e arte.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Psicologia, Cultura, Arte.

ABSTRACT

Considering that psychology has been protagonist in important social fronts through science and profession. This research aims to understand the faces and the reflexes of public policies of culture and art in the state of. To do so, it is necessary to understand the social and psychological impact on low-income individuals. As well as raising socio-demographic data of those who most access and where are these consumers of art and culture in the state capital. A research is then carried out from the data collection that registers facts of an explanatory nature, qualifying quantitative information. And that from this can generate hypotheses by logical deduction, broadening generalizations. It is verified that researchers since 1960 have pointed to cultural habits and their aspect of social stratification, identifying disagreements about which type of cultural activity should be the object of broader access and training through public policies. It is understood that the culture impacts directly on the behavior, education, health and in general, in the reality of the social groups. It was analyzed which regions are the individuals who frequent the spaces destined to culture and art in the capital, which imposes the observation that the same problems pointed out in 1960, remains an obstacle to be overcome, mainly, from the struggle for cultural democracy, as well as the decentralization of cultural activities as a way of oxygenating public policies of culture and art.

Keywords: Public Policies, Psychology, Culture, Art.

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco central compreender as faces das políticas públicas de cultura e arte e os seus reflexos na sociedade, tanto a partir de uma compreensão teórica do desenvolvimento da cultura, bem como na forma que se entende arte. Diante disso, verifica-se o papel da psicologia enquanto ciência e profissão nesse contexto. A problemática principal desse estudo tem como base o impacto social e psicológico na população que apresenta menor índice de participação em atividades culturais pelo estado de São Paulo, assim como, quem são e onde estão.

À título de provocação, pensa-se como possível reflexo o crescimento da violência e do adoecimento psíquico, especificamente do sofrimento ocasionado pelo desamparo e a exploração cultural ao longo do tempo, característico do capitalismo. A própria centralização de informações e ações é pensado como motivo que dificulta a aplicação das artes, refletindo na consciência de resgate e valorização da própria cultura local. Para isso, arte e a educação, tem um papel fundamental amparando os fazeres culturais na base da rede, permeando-se por meio de ações articuladas com o poder executivo, tanto na luta por uma cultura democrática como pela democratização cultural. Por isso que analisar as faces das políticas públicas de cultura e arte é fundamental para compressão dos seus reflexos.

No Brasil, segundo dados do Ministério da Cultura - Minc (2017), entende-se cultura por três faces que elucida o compromisso federal em apoio as políticas públicas estaduais e municipais, sendo uma delas a face simbólica que considera que todos os seres humanos têm possibilidade de se manifestar por meio de símbolos expressados em diferentes formas, bem como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, sobretudo também, e em destaque, nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, audiovisual e outras.

A face cidadã entende cultura como um direito básico do cidadão. Assim, é preciso incentivar e garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros. A face econômica envolve o aspecto da cultura como condutor no crescimento econômico por meio da arte. Para isso a cultura é entendida como um lugar de inovação e expressão da criatividade fazendo parte do novo cenário de desenvolvimento econômico, sustentável e socialmente justo no desenvolvimento Sociodemográficos da população.

Cabe as políticas públicas de cultura e arte, assim como a psicologia, pensar na pessoa humana em sua totalidade e nas suas possibilidades de desenvolvimento pleno, seja ela de forma singular ou em grupos e/ou tribos, como centro de suas ações, indo para além da questão econômica, que por vez limita a cultura e enfraquece os investimentos em atividades de formação, produção e circulação da cultura e arte.

Coloca-se como hipótese que muitas são as marcas na vida de um cidadão que vive sob uma cultura articulada com as linguagens artísticas, refletindo significativamente na sociedade, acentuando a humanização nas relações e atenuando a violência e o adoecimento psíquico e social. Trazer para o centro das discussões as faces culturais e seus impactos psicológicos consiste diretamente na maneira que os indivíduos se desenvolvem. Portanto, é considerado que uma sociedade não elaborada no sentido de facilitar o acesso à cultura e arte, pode gerar retrocessos como reflexo.

Iniciamos o artigo apresentando a psicologia iniciando seus discursos e deliberações sobre políticas públicas em 1998 com a preocupação sobre o futuro da profissão e da inserção profissional. O sistema conselho, de 2007 a 2016, elaborou documentos de políticas públicas e psicologia, para informar e orientar os profissionais e o público atendido sobre as práticas administrativas e técnicas pertinentes aos psicólogos, bem como seminários para discussão com a classe e que foram registrados pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Na sequência é apresentado o processo que situa as políticas públicas de cultura em âmbito nacional, exposta pela Lei 12.343, de 2010, que tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020), para alcançar a promoção da diversidade cultural e à proteção, por todo território Brasileiro. O plano nacional contribui para nortear os gestores públicos, e assegurar o paradigma da igualdade social e democracia. Para tanto, a participação da sociedade civil, é apresentada, como sendo fundamental durante o processo de escolha das propostas, e da formação do grupo de conselheiros, caracterizados pela participação em conjunto entre o poder público e a sociedade civil que define e contribui na execução das metas estabelecidas no plano de ação, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, sob caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo.

Dando seguimento destacamos a compreensão da identidade de cultura e o desenvolvimento de noções habituais, como resgate, tradição, preservação e diversidade cultural. Provoca-se também uma reflexão sobre a relação entre psicologia e arte.

Por fim apresentamos o dados de uma pesquisa feita pelo Datafolha (2014) que refere-se sobre o perfil do consumidor de atividades culturais pelo estado de São Paulo, juntamente com uma análise-se de possíveis caminhos de combate ao sofrimento cultural por meio da arte.

2. MÉTODO

Como a produção científica tem como objetivo apropriar-se, da realidade, para melhor analisá-la e posteriormente, produzir transformações a cerca de discussões sobre o impacto das políticas públicas de cultura na sociedade, além de aspecto prático muito relevante no dia a dia de uma pessoa ou comunidade, reveste-se de importância ao meio acadêmico.

Nesse contexto, a maior produção de estudos e conteúdos sobre políticas públicas de cultura, pode ser o início de um processo de transformação que começa na academia e estende seus reflexos na sociedade. É pujante para a ciência e os profissionais de psicologia compreender a dinâmica dos fenômenos no sentido de elucidar assuntos que geralmente estão invisíveis para a comunidade acadêmica.

Com base nisso o presente artigo é de natureza explicativa registrando fatos, analisando-os, interpretando-os e identificando suas causas. Essa prática visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e estabelecer modelos teóricos, relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo.

Pretende-se com isso gerar ideias por força de dedução lógica a partir dos dados levantados. Em relação aos referenciais, consistirá em registros qualitativos e quantitativos encontrados em revistas científicas, livros e artigos, sendo estruturados para serem melhor analisados.

3. OBJETIVOS

- Objetivo Geral

Compreender o impacto social e psicológico das políticas públicas nos indivíduos de baixa renda do Estado de São Paulo.

- Objetivos específicos

- a) Levantar dados sociodemográficos de acesso as linguagens artísticas por meio de políticas públicas de cultura;
- b) Identificar as regiões que o público mais frequenta e os espaços destinados a cultura e arte na Capital do estado de São Paulo.

4. DISCUSSÃO

Pensar em políticas públicas e psicologia é considerar como plataforma a ciência e política. Ciência enquanto campo de orientação técnica e administrativa, e política no sentido prático e transformador de suas ações. Para isso é preciso ter como parâmetro o compromisso com as urgências de cada local, em diversidade e o cenário das necessidades dos Brasileiros (as) (Crochik; Daiuto; Gonçalves; Massola; Pinheiros; Pitombo; Silva; Silveira; Svartman; 2018b, 2016, 2016, 2001, 2007, 2016).



Silva (2013a) informa que em 2005 e 2010 foram estabelecidas as deliberações entre o poder público e a sociedade civil, com finalidade de analisar os reflexos e a efetividade desses mecanismos de democracia participativa nos processos de planejamento e gestão das políticas públicas. Na primeira conferência foram estabelecidas 67 propostas ao poder público, por outro lado na segunda 32 propostas foram votadas em plenária final e que as propostas das consideradas “sub áreas” da cultura como; artes, museus, patrimônio, cinema e outros, não foram contemplados como proposta no planejamento nacional de cultural.

Reafirma Viera e Schuelter (2014), é importante respeitar a realidade e diversidade de cada local em política pública de cultura. Como mencionado por Gonçalves (2016), pareando a realização das conferências e constituição dos conselhos de política cultural, refletindo no desenvolvimento dos planos nacionais, estaduais e municipais de cultura.

Na última década, o Brasil vive uma maior participação popular no planejamento das atividades nos estados brasileiros. Sendo utilizada com ferramenta de divulgação a comunicação com os grupos sociais interessados sobre o processo de compreensão, bem como se dará cada etapa para um plano participativo com estratégias, ações e metas. Assim pensa-se como estratégia a utilização do uso da internet, redes sociais, blog, site e o boca a boca, assim como a imprensa de massa quando o processo se torna notícia (Viera; Schuelter, 2014).

Botelho (2001), Coulangeon (2005), Fleury (2006) e Oliveira (2009) mencionam que é importante que as políticas públicas de cultura sejam articuladas entre as suas duas dimensões (antropológica-sociológica). Dimensão antropológica se entende que é qualquer tipo de construção simbólica, tal como, linguagem, religião, crenças, valores e outros. Dimensão sociológica é compreendida no universo da produção das artes, espetáculos, exposições e das diferentes formas de eventos.

Nussbaumer (2007) propõe uma reavaliação da identidade de cultura no Brasil, sendo a partir da percepção de autores que consideram as disciplinas, tempo e lugar da cultura. Assim como é percebido no desenvolvimento do discurso de autores já mencionados anteriormente. Vale destacar, a reflexão provocada por Burity (2007) sobre o lugar da cultura no fracasso das várias propostas de desenvolvimento em produzir resultados imediatos promovidos pelo efeito da face econômica do fazer cultural.

Bourdieu (2008) aponta para uma sociedade compreendida por meio de classes sociais, e revela que as classes estabelecem as distinções entre si, e que vão além do econômico ou que talvez o expressem em outro nível. Entende-se que o detentor do capital, é quem constitui a verdadeira classe dominante, porque o poder social detém o que é produzido.

Desde 1960 se tem uma separação em camadas dos hábitos culturais, especificando e configurando classes sociais por meio da estratificação social (Oliveira; Janoni; 2009, 2010). Janoni (2014) aponta que jovens com escolaridade e renda familiar acima da média da população é o perfil das pessoas que mantém a maior taxa de participação e consumo cultural no estado de São Paulo.

Barbosa (2014), menciona que é preciso se apropriar dos dados que revelam a desigualdade de participação, pois é compreendido que o acesso é determinante quando o indivíduo faz parte de grupos sociais com condições econômicas mais altas que o comum. Sua renda determina no aumento da probabilidade em ser um consumidor ativo do mercado cultural.

Ribeiro (2014) informa que no ambiente urbano é que se tem uma maior diversidade em atividades culturais, sobretudo, para os adolescentes e jovens que são 20% da população Brasileira (De 12 a 24 anos). O autor relata ainda que em São Paulo é nas zonas leste e sul o menor interesse, por outro lado, as regiões, centro e oeste há um maior interesse ao consumo cultural de cinema, festas populares, teatro, museu e concerto de música clássica.

Toledo (2014) da continuidade informando que, os dados da pesquisa, Datafolha revelam que moradores de Guarulhos, é o público que mais frequenta atividades culturais na capital e os números crescem conforme a escolaridade do indivíduo.

Compreende-se arte em três categoria. Fazer. Beleza. Visão da realidade. A Primeira sendo compreendida na Antiguidade, já a segunda no período do romantismo, e a terceira a partir do renascimento (Frayze–Pereira; 2010).

A arte deve ser compreendida quando se apropria de sua história para descrever a realidade em cada lugar do tempo. Sendo representada em um misto de objetividade-subjetividade, e as contradições que caracteriza o modelo capitalista.

Em 1996, a “Lei nº. 9.394 (Brasil, 1996, Art. 26, § 2º) estabeleceu a Arte como ensino e que se constituísse “componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Mas que apesar do “avanço” desta Lei, o sistema educativo, assim como a escola têm enfrentado desafios que vão muito além da dimensão estrutural do currículo e a dinâmica das metodologias de ensino. “As políticas educacionais da atualidade necessitam adequar-se às questões sociais que estão refletidas na escola pública” e que problemáticas como o desemprego, a violência e a marginalização, acentuaram como possíveis reflexos da globalização da economia, da política e da cultura (Gomes; Nogueira; 2008, p.585).

A atividade humana é essencialmente criadora - resulta da ação intencional do homem para transformação da realidade, para responder de forma cada vez mais satisfatória às suas necessidades básicas de sobrevivência e a tantas outras que são criadas no seu processo de humanização. A criatividade está presente no trabalho material e não-material, na atividade produtiva e não-produtiva, à medida em que acrescenta transformações/ inovações nos objetos, a fim de que estes cumpram melhor a sua finalidade (Trojan; 1996, p.86-96).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as faces das políticas públicas de cultura e arte é uma tarefa que requer uma profunda compreensão do lugar que ela se situa. Foi compreendido que as faces simbólicas, cidadão e econômica demonstram ser insuficientes para fortalecer as bases de combate a desigualdade e dos seus impactos aos grupos sociais.

Considero que o foco em políticas públicas que visam a face econômica não democratiza o acesso cultural de grupos sociais de baixa renda, pois é preciso enfrentar desafios como analisou Botelho (2001) em pesquisas que apontaram sobre os entraves básicos a um maior consumo cultural. Não será a redução de preços ou até mesmo a gratuidade completa que alterará as desigualdades culturais. A partir disso, foi possível mensurar um desafio a ser vencido, pensando em democracia cultural, não mais em democratização cultural, ampliando assim a possibilidade e o alcance das políticas públicas de cultura e assegurando o direito de manifesto cultural de todas linguagens.

No decorrer do trabalho, foi observado que tanto a cultura como a arte, devem ter um papel conjunto no protagonismo das mudanças essenciais para alcançar equidade cultural e justiça social. Falar em equidade e justiça é pensar em garantia de direito e oportunidade para todos, em diferentes contextos e de forma articulada.

Torna-se necessário o fortalecimento da política; sendo um espaço de diálogo e construção. Educação; como formação do conhecimento e prática de ensino. Cultura; como compreensão simbólica e a arte como ferramenta de transformação.

É por meio da ciência que podemos identificar os grupos que têm maior frequência em atividades culturais. Toledo (2014) constatou que a participação diminui conforme a classe social do indivíduo, para isto foi analisado dados de uma pesquisa que entrevistou pessoas de 21 cidades, pelo estado, com mais de 100 mil habitantes. Foi possível identificar que moradores de Guarulhos e Diadema, são o público que mais frequenta as atividades culturais na região central do estado. Apontando para mais um desafio a ser vencido, a descentralização das atividades culturais na capital do estado.

A compreensão dos elementos discorrido nessa produção, servem como base para os pesquisadores pensarem de forma criativa ações transformadoras dos reflexos que se acentua de maneira negativa no desenvolvimento social, como a violência, a desigualdade e o desamparo. Percebo que a psicologia tem muito o que contribuir enquanto ciência e prática profissional, na formulação de pesquisa e gestão de projetos, integrando práticas e setores públicos, no acompanhamento e na gestão compartilhada de aplicação das atividades culturais, assim como as políticas de educação, saúde, turismo, entre outras.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, F. (2014). *Hábitos Culturais Dos Paulistas*. In: LEIVA, João; 53-64 Pesquisa. DATAFOLHA. Editora. Tuva.
- Botelho, I. (2001). *Dimensões Da Cultura E Políticas Públicas*. São Paulo Em Perspectiva.
- Bourdieu, P. (2008). *As Razões Práticas: Sobre A Teoria Da Ação*. 9. Ed. Campinas: Papyrus.
- Burity, J. (2007). *Cultura & Desenvolvimento*. In: Nussbaumer: Org., Teorias & Políticas Da Cultura: Visões Multidisciplinares. Salvador: Editora Edufba, , P.51-66.
- Crochik, J. L.; Massola, Gustavo M.; S. e Bernardo P. (2018). *Ciência E Política*. Psicologia. Usp, São Paulo, V.27, N. 1, P. 1-5, Ano. 2016. Disponível Em: <[Http://Dx.Doi.Org/10.1590/0103-656420162701](http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420162701)>. Acesso Em: 06 Mar.
- Daiuto, P.R. (2016). *A Construção Da Identidade Dos (As) Psicólogos (As) Do Cras: Desafios E Possibilidades*. 2016. 83f. Dissertação (Mestrado Em Psicologia) – Departamento De Ciências Sociais, Universidade Estadual De Maringá. Paraná.
- Frayze-Pereira, J. A. (2010). *Arte, Dor Inquietudes Entre Estética E Psicanálise*. 2ª Edição. Ed. Ae Atéliê Editorial.
- Gomes, K.B. e Nogueira, S. M. A. (2008). *Ensino Da Arte Na Escola Pública E Aspecto Da Política Educacional: Contexto E Perspectivas*. In: Ensaio: Avaliação. Política. Pública. Educacional. Rio De Janeiro, V. 16, N. 61, P. 583-596.
- Gonçalves, M.G.M. e Pinheiro, O. G. (2016). *Psicologia E Políticas Públicas*. 1. Ed. São Paulo: Crp.
- Janoni, A. (2014). *População quer participar mais da agenda de eventos*. In: Leiva, João. *Hábitos Culturais Dos Paulistas*. São Paulo: Editora. Tuva. P.29- 40.
- Ministério Da Cultura (2017). *Apresentação*. 2013. Disponível Em:
<[Http://Www.Cultura.Gov.Br/O-Ministerio](http://www.cultura.gov.br/o-ministerio)> Acesso Em: 17 De Ago.
- Nussbaumer, G. M. (2007). *Teorias & Políticas Da Cultura: Visões Multidisciplinares*. Salvador: Editora Edufba.
- Oliveira, M. C. V. (2009). *Culturas, Públicos, Processos De Aprendizado: Possibilidades E Lógicas Plurais*. Políticas Culturais Em Revista, V.2, N.2, P.122-136.
- Pitombo, M. (2007). *Entre O Universal & O Heterogêneo: Uma Leitura Do Conceito De Cultura Na Unesco*. In: Nussbaumer: Org., Teorias & Políticas Da Cultura: Visões Multidisciplinares. Salvador: Editora Edufba, P.115-138.
- Ribeiro, B. (2014). *Movimento, Inovação E Convergência*. In: Leiva, João.Org., *Hábitos Culturais Dos Paulistas*. Editora. Tuva. P. 87-100.
- Silva, A. C. Z. (2013a). *Políticas Públicas Culturais E Mecanismos De Democracia Participativa*. Centro De Convenções Ulysses Guimarães. Brasília/Df – 16, 17 E 18 De Abril.
- Silva, M. V. (2018b). *Políticas públicas como um desafio para os psicólogos*. 2001.
<[Http://Memorialmatraga.Com.Br/Arquivos/1seminario_Nacional_De_Psicologia_E_Polit Icas_Publicas.Pdf](http://memorialmatraga.com.br/arquivos/1seminario_nacional_de_psicologia_e_politicas_publicas.pdf)> Acesso Em: 28 Fev.
- Silveira, A. F. Et Al, (2007). *Caderno De Psicologia E Políticas Públicas*. Conselho Regional De Psicologia Do Paraná. Ed. 21. Curitiba,.
- Toledo, J. R. (2014). *Tudo depende da oferta e da geografia. Ou Não?*. In: Leiva, João. Org., Editora. Tuva. *Hábitos Culturais Dos Paulistas*. P. 117-128.
- Trojan, R. (1996). *A arte e a humanização do homem: afinal de contas, para que serve a arte?* Educação. Revista. Curitiba, N. 12, 1996. Disponível Em:
<[Http://Dx.Doi.Org/10.1590/0104-4060.159](http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.159)>. Acesso Em 04 Set (2018).

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Moura, A. F. F. (2020) Faces das políticas públicas: cultura x arte e seus reflexos nos grupos sociais. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, 11 (1), 67-81.

RECEBIDO: 12/12/2018.
APROVADO: 10/09/2019.